

O poder constituinte segundo Antonio Negri: um conceito marxista e spinozista

The constituent power by Antonio Negri: a marxist and spinozist concept

Francisco de Guimaraens

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: chicodeguima@gmail.com.

Artigo recebido em 22/02/2016 e aceito em 20/07/2016.

Resumo

Este artigo busca demonstrar que o conceito de poder constituinte formulado por Antonio Negri se fundamenta em elementos teóricos de Spinoza e de Marx. Para atingir tal objetivo, serão investigados os conceitos de desejo, trabalho vivo, multidão e comum, bem como sua contribuição para a compreensão do conceito de poder constituinte.

Palavras-chave: Poder constituinte; multidão; trabalho vivo.

Abstract

This paper aims to demonstrate that the constituent power concept of Antonio Negri is based on theoretical elements of Marx's and Spinoza's philosophies. In order to achieve this goal the investigation will look into the concepts of desire, living labour, multitude and common, as well as their contribution to the comprehension of the constituent power.

Keywords: Constituent power; multitude; living labour.

1. Introdução

A compreensão do conceito de poder constituinte cunhado por Antonio Negri requer a análise dos três autores materialistas nos quais se sustenta tal conceito: Maquiavel, Spinoza e Marx. Em *O poder constituinte*, Negri reconhece que sua elaboração conceitual decorre dessa linhagem de autores.

Negri produziu uma síntese de noções spinozanas e marxistas ao construir seu discurso sobre o poder constituinte. Portanto, o objeto deste trabalho envolve a análise de um reencontro¹ promovido por Negri: o reencontro entre Spinoza e Marx, ocorrido no final da década de 1970 e no início da década de 1980. Desse reencontro, há dois registros na obra de Negri: o livro sobre Marx (*Marx além de Marx*) e o livro sobre Spinoza (*A anomalia selvagem*). Ambos possuem elementos comuns, conforme atesta o próprio Negri (NEGRI, 2013, p. 119), e a reflexão neles contida exerceu papel relevante para a elaboração de *O poder constituinte*.

Neste trabalho, buscaremos seguir um caminho metodológico que o próprio Negri aprendeu com Spinoza: o método sintético. Assim, este trabalho analisa o poder constituinte a partir de sua gênese, de suas causas, e não de seus efeitos. Não se trata, portanto, de pensar o poder constituinte a partir dos problemas do poder constituído (vigência e validade de normas, interpretação de normas constitucionais, direitos adquiridos, coisa julgada, recepção de normas anteriores à constituição etc.), mas sim de promover uma inteligência adequada dos elementos jurídicos e não-jurídicos que constituem internamente o conceito. O objetivo decorrente do método empregado envolve, portanto, a investigação da complexidade estrutural do conceito de poder constituinte, complexidade essa que uma investigação voltada apenas para os efeitos do conceito não é capaz de realizar a contento. Eis a razão da

¹ Trata-se de um reencontro porque, como é notório, o jovem Marx tomou contato e sofreu influências de Spinoza. Duas evidências demonstram tal influência: a) a querela do panteísmo, que envolvia a interpretação da obra de Spinoza e da qual participaram autores como Goethe, Fichte, Lessing, Jacobi, Mendelssohn e Hegel, dificilmente não foi conhecida por Marx; b) Marx, em três de seus cadernos de estudante, explicita o conhecimento da obra de Spinoza, havendo dedicado um deles exclusivamente à investigação do *Tratado Teológico-Político* e da *Correspondência* de Spinoza (AURÉLIO, 2014, p. 438 - p. 439). Ainda sobre esse tema, ver RUBEL, 1977 e MATHERON, 1977.

reunião, realizada por Negri ao elaborar o conceito de poder constituinte, da ontologia e da teoria política spinozanas e da teoria marxista sobre o trabalho.

Para atingir o objetivo proposto, este trabalho se compõe de três partes. A primeira delas contém uma análise do uso que Negri fez da filosofia política de Spinoza para refutar as bases contratualistas e formalistas do constitucionalismo e que sustentam as mais diversas perspectivas jurídicas sobre o poder constituinte. Já a segunda parte do trabalho envolve o estudo do entrelaçamento da noção spinozana de desejo e da noção marxista de trabalho vivo, realizado por Negri ao desenvolver o conceito de poder constituinte. Por último, a terceira parte do trabalho tratará do conceito de multidão, cuja estrutura possui um conceito originado nos debates marxistas contemporâneos – trabalho imaterial – e outro de origem spinozana – comum. Portanto, este trabalho se pautava por uma sugestão do próprio Negri: compreender que o conceito de poder constituinte se refere ao trabalho, por um lado, e à ontologia, por outro (NEGRI, 2013, p. 124). Em outras palavras, a Marx, por um lado, e a Spinoza, por outro.

A formulação de um novo conceito de poder constituinte representa uma tentativa de responder a determinados problemas contemporâneos que desafiam a reflexão jurídica, a filosofia e as ciências sociais. Os novos modos de organização social e política apontam para o fim do modelo fabril de organização, na medida em que as resistências há muito transbordaram os muros das fábricas. Essas lutas dizem respeito a um conjunto de novos direitos que envolvem tanto as questões identitárias quanto questões econômicas, urbanas, sociais e ambientais. Essa nova conjuntura levou Negri a formular um conceito de poder constituinte profundamente distinto do conceito da tradição jurídica e o conceito de multidão.

2. O processo constituinte contra a decisão e a máquina constitucional: o spinozismo contra o constitucionalismo

É notória a importância atribuída por Negri ao conceito de poder constituinte. Esse conceito permitiu enfrentar as linhagens hegemônicas do pensamento

político-jurídico, sobretudo aquelas de inspiração hobbesiana, kantiana ou hegeliana, contra as quais se orienta sua filosofia. Negri não escolheu tais adversários arbitrariamente, mas sim porque todos foram úteis à construção de vasto arsenal contemporâneo do pensamento jurídico-político. Essa perspectiva de matriz hobbesiana, kantiana ou hegeliana ora voltou-se para a afirmação de mecanismos autoritários de regulação social e política, ora para a defesa de dispositivos de mediação constitucional orientados pela crença na moralização do capital.

Negri realizou um movimento de apropriação de tal conceito da tradição jurídica com três finalidades: pensar o poder constituinte do ponto de vista da democracia, redefinir o conceito de constituição e erguer barreiras e consistentes objeções ao voluntarismo decisionista schmittiano, ao formalismo kelseniano e às utopias neocontratualistas de Habermas e de Rawls. Ou seja, no princípio da investigação negriana sobre o poder constituinte encontra-se a seguinte questão: é possível compreender a fundação da constituição sem fazer uso das referências da dialética, do voluntarismo decisionista e do formalismo contratualista ou constitucionalista²?

A demonstração dessa possibilidade e a consequente elaboração de um conceito de poder constituinte original constituem objetivos da obra de Negri sobre o poder constituinte. Entretanto, o que interessa, nesse momento, é compreender o caminho percorrido para a construção de sua alternativa a tais formulações do conceito de poder constituinte. Nisso reside a guinada

² Há variadas vertentes do pensamento constitucional sobre o poder constituinte, embora todas possuam elementos comuns, na medida em que a referência à obra de Sieyès se faz presente, explícita ou implicitamente, nessas vertentes. Sieyès entendia que o poder constituinte possuía uma característica essencial: tratava-se de poder extraordinário. Sua função se esgotaria na elaboração de uma nova ordem constitucional. Realizada sua função, entraria em estado de latência. Trata-se de uma causa que não se confunde com seus efeitos e que estabelece uma relação de transcendência com os mesmos, uma causalidade transitiva. O decisionismo schmittiano herdou essa percepção do poder constituinte, pois a decisão política fundamental é um ato excepcional e voluntário. Da mesma forma, o contratualismo percebe a formação do estado civil nesse horizonte. Trata-se de um ato igualmente voluntário e excepcional, cujos efeitos separam-se do ato original. O formalismo constitucionalista, por sua vez, reduz a atividade do poder constituinte à elaboração de normas constitucionais e contém a potência do poder constituinte nas malhas do direito instituído. Por fim, todas essas percepções do poder constituinte seguem a fórmula da dialética hegeliana. A forma-Estado representaria o fim de todo o processo de conflitos sociais e políticos. Desse modo, a atividade do poder constituinte se restringiria à elaboração de normas jurídicas que regulamentam o funcionamento do Estado. O poder constituinte, portanto, se traduziria, única e exclusivamente, em uma função estatal.

conceitual negriana, realizada em companhia de Spinoza, o que o próprio Negri reconhece em *O poder constituinte*:

Também estou convencido de que a filosofia de Espinosa permite-nos fixar um primeiro esquema do conceito de poder constituinte e preservá-lo de incompreensões e mistificações. Porque o esforço de pensar “uma causalidade que dê conta da eficácia do Todo sobre suas partes e da ação das partes no Todo” faz de Spinoza “a única, ou quase a única testemunha” do pensamento “de um Todo sem encerramento”, de um poder constituinte sem limitações (NEGRI, 2002, p. 41).

Já em *A Anomalia Selvagem*, Negri se valeu do antijuridicismo spinozano para refutar as soluções mediadoras de Hobbes, Rousseau e Hegel. Deleuze evidenciou tal posição negriana em seu prefácio de *A anomalia selvagem*, oportunidade em que expôs as características essenciais do horizonte contratualista e dialético:

1) que as forças têm origem individual ou privada; 2) que elas têm que ser socializadas para gerarem as relações adequadas que lhes correspondem; 3) que há, portanto, mediação de um Poder (“Potestas”); 4) que o horizonte é inseparável de uma crise, de uma guerra ou de um antagonismo, de que o Poder se apresenta como a solução, mas a “solução antagonista” (DELEUZE, Gilles. 1993, p. 07).

Tais elementos do pensamento político fundamentam a instituição de mecanismos de contenção da potência inovadora e constituinte. O esforço teórico negriano se dirigiu contra tal estratégia de bloqueio da potência constitutiva e se deparou com dois problemas: como refutar a ontologia subjacente ao pensamento constitucional hegemônico e como denunciar e enfrentar os cerceamentos desse mesmo pensamento à democracia.

Negri buscou na filosofia daquele que considerava a democracia o mais natural dos modos de governar – Spinoza – a grande inspiração para construção de um conceito de poder constituinte livre das malhas da dialética e do contrato. Se “falar de poder constituinte é falar de democracia” (NEGRI, 2002, p. 07), Spinoza é um aliado essencial para demonstrar tal afirmação, por ser ele um dos raros defensores da democracia na modernidade. Quanto ao problema da refutação da ontologia subjacente ao constitucionalismo, a

filosofia de Spinoza também consistiu em importante aliada, na medida em que a ontologia spinozana, ao estabelecer outro modelo de causalidade, o modelo da causalidade eficiente imanente, criou condições de possibilidade para a refutação da causalidade transitiva que anima o pensamento constitucional e para a defesa da permanência do poder constituinte, que não cessa de se afirmar e não entra em estado de latência³.

A elaboração do conceito de poder constituinte por Negri guarda evidente correlação com a formulação da filosofia política de Spinoza. Ambos capturaram noções da tradição jurídico-política para reconstituí-las e, conseqüentemente, para erguer um aparato conceitual alternativo à tradição. Na obra de ambos, portanto, percebem-se desvios de rota do sentido de conceitos de seus próprios adversários. Da mesma forma que Spinoza redefiniu, por exemplo, as noções de direito natural, de *conatus*, de contrato – cuja realidade foi esvaziada em sua filosofia –, Negri se debruçou sobre o conceito de poder constituinte para enfrentar os cerceamentos jurídicos, políticos e morais amparados nas filosofias de Hobbes, Kant e Hegel.

Certos elementos conceituais de *A anomalia selvagem* sustentaram a reorientação filosófica negriana, sem a qual a obra *O poder constituinte* não seria possível. O primeiro deles é o conceito de processo constitutivo. O conceito de poder constituinte, desenvolvido por Negri ao longo de uma extensa investigação sobre as experiências revolucionárias da modernidade europeia e norte-atlântica, foi consequência da reflexão sobre o conceito de processo constitutivo empreendida em *A anomalia selvagem*. Segundo Negri, na filosofia spinozana o político é efeito do processo constitutivo, do movimento de composição da potência multitudinária que exprime a medida do direito civil.

Esse processo é determinante para a compreensão da instituição do sujeito constituinte, a multidão, conceito spinozano por excelência. Não fosse a investigação desenvolvida em *A anomalia selvagem*, certamente Negri não avançaria na construção do conceito de poder constituinte e do sujeito que o exprime. A ontologia, a ética e a política de Spinoza exerceram papel decisivo

³ Sobre o tema da causalidade imanente e a permanência da instituição da potência da multidão na filosofia de Spinoza, ver CHAUI, 2003, p. 289 – p. 314.

em sua trajetória intelectual e conceitual. A relação entre singularidade e multiplicidade, presentes na ontologia e na ética spinozanas, e a instituição da potência da multidão, concebida no *Tratado Político*, são questões fundamentais ao conceito de poder constituinte negriano e do sujeito que o afirma, a multidão. Pode-se dizer que não haveria conceito de poder constituinte sem as noções spinozanas de singularidade, de multiplicidade, de desejo e de potência.

A ideia de processo constitutivo pressupõe essas noções. O processo constitutivo é, na verdade, um processo de constituição de um sujeito político multitudinário, internamente constituído de uma multidão de singularidades, cuja estrutura envolve um processo de socialização do desejo e dos afetos e que, ao fim e ao cabo, estabelece uma potência, a potência da multidão, causa imanente do poder constituinte e medida do direito civil. Negri, portanto, compreendeu a trama da constituição da potência da multidão em suas investigações sobre a filosofia de Spinoza e se vale dessa compreensão para desenvolver o conceito de poder constituinte (NEGRI, 1993, p. 253 e NEGRI, 2002, p. 445).

O processo constitutivo da potência da multidão corresponde, portanto, a um processo de individuação de uma singularidade coletiva, composta de uma trama de afetos e de muitos corpos, afinal, em termos spinozanos, sempre há muitos corpos em um só corpo. De posse dessas noções spinozanas, Negri encontrou condições de refutar as engrenagens constitucionalistas, o formalismo contratualista e positivista e o decisionismo schmittiano (NEGRI, 2002, Capítulo 1).

Essa refutação parte do pressuposto de que o poder constituinte não é o impulso interno à organização constitucional, não se esgota após sua manifestação. Para Negri, não possui fundamento a tese de que os efeitos do poder constituinte devem ser contidos pela organização constitucional, instituída pelo próprio poder constituinte, a fim de evitar os seus excessos. O poder constituinte se trata, na verdade, de um processo ontológico, físico e político que institui a organização do poder político. Não é ato de acordo fundado no dever de cumprir os pactos, porque, a rigor, não há acordo, mas um sem-número de relações de composição entre singularidades que formam

a potência da multidão e determinam o direito civil. Por fim, tampouco é o poder constituinte o ato de afirmação de uma decisão política de ruptura adotada conscientemente pelo titular do poder constituinte, uma decisão voluntarista, mas essencialmente um procedimento democrático e orientado pela necessidade. Esse procedimento envolve um movimento de individuação multitudinária, cujo horizonte é a democracia, a forma mais natural de governo, e que opera em regime de causalidade necessária, eficiente e imanente. Em suma: “O poder constituinte é o paradigma da política porque seu processo é metafisicamente qualificado pela necessidade” (NEGRI, 2002, p. 458).

O processo constitutivo ganha concretude institucional na análise, realizada em *A anomalia selvagem*, dos capítulos do *Tratado Político* de Spinoza sobre a monarquia. Nessa análise, tornam-se nítidas a oposição negriana ao contratualismo e ao constitucionalismo e as razões de sua aliança com Spinoza (NEGRI, 1993, p. 262 – p. 263).

A arquitetura institucional da monarquia, proposta por Spinoza no *Tratado Político*, sequer pode considerar-se uma monarquia constitucional moderada, pois não implica a negação de seu processo constitutivo após sua instituição. O poder do monarca não é, para Spinoza, moderado por mecanismos oligárquicos ou aristocráticos de freios e contrapesos, mas controlado e orientado pela multidão. Na opinião de Spinoza, o monarca só reúne condições de garantia da sua própria segurança caso decida governar com a multidão. Todo monarca que recusa o princípio democrático e não estabelece rotineiras consultas aos anseios populares tende a ser governado pelos aristocratas ou oligarcas ou mesmo derrubado por eles. A verdadeira monarquia, aquela que não se torna refém das cortes e não se define como aristocracia disfarçada de monarquia, só existe se vinculada ao processo democrático. Uma tal monarquia é efeito de um processo de causalidade imanente, determinado pela potência da multidão, e, ao ser inserida no horizonte do processo constituinte, em nada se parece com uma monarquia constitucional, muito menos com uma monarquia absoluta.

A investigação dos capítulos do *Tratado Político* referentes à monarquia permite compreender a oposição entre Hobbes e Spinoza, exposta

pelo próprio Spinoza na carta n. 50, dirigida a Jarig Jelles, em junho de 1674. Para Spinoza, a diferença entre ele e Hobbes reside na conservação do direito natural após a instituição do direito civil. Eis a razão de a concessão do poder ao monarca não abolir a potência da multidão, causa imanente e, portanto, medida permanente do poder monárquico. A partir dessa concepção de direito natural, Negri percebe que, para Spinoza, o poder político se sustenta em um processo constitutivo, um processo de contínua instituição da potência da multidão, seu direito natural, que não cessa após a fundação do estado civil. A noção de direito natural spinozana abandona qualquer conteúdo moral. Qual o conteúdo moral daquilo que se exerce em ato e que se atualiza permanentemente? Portanto, se não há direito natural em latência, apenas em ato, da mesma forma que não há poder constituinte em latência, a oposição entre Spinoza e Hobbes guarda relação entre a oposição entre a concepção negriana de poder constituinte e a concepção constitucionalista do conceito.

A fonte da crítica negriana ao constitucionalismo e a sua máquina de freios e contrapesos reside na análise de Spinoza sobre os aparatos institucionais modernos. A análise spinozana municiou, em grande medida, Negri, a fim de realizar contundente crítica à institucionalidade constitucionalista, que habitualmente é considerada a única alternativa de salvação das ameaças do despotismo por dois motivos: a) porque a mediação institucional não-democrática é necessária para controlar os excessos da democracia, opinião exposta por Montesquieu, por Benjamin Constant e pelos federalistas (BERCOVICI, 2008, p. 118 - p. 134 e p. 158 – p. 191); b) porque os freios e contrapesos se fundam no acordo que limita, desde a origem do Estado, o despotismo individualista possessivo do estado de natureza, segundo o contratualismo.

Nada disso faz sentido na filosofia de Spinoza, para quem a democracia não possui excessos por ser o mais natural dos modos de governar. Portanto, reside na democracia, e não em sua limitação, o limite de todo excesso monárquico ou aristocrático. O despotismo individualista em estado de natureza, por sua vez, é uma mera abstração, pois a apropriação privada dos bens é impossível sem a formação de uma potência comum capaz de

estabelecer e de defender um território. Sem a instituição da potência da multidão, não estão presentes as condições para a realização da apropriação privada dos bens, o que se deduz pela leitura do *Tratado Político* (SPINOZA, 2009, Capítulo II, Parágrafo 15), obra em que Spinoza afirma que o direito de natureza não se concebe senão onde os homens exercem direitos comuns e instituem, sob o parecer comum de todos eles, um esforço coletivo de perseverança na existência. A multidão é a causa do próprio direito civil, sua potência se constitui em fonte de realidade do direito. Segundo Negri, na filosofia de Spinoza o contrato dá lugar ao consenso e o método da individualidade ao da coletividade (NEGRI, 1993, p. 252). O procedimento de constituição da potência da multidão ocupa o lugar do contrato na filosofia de Spinoza. Esse processo não se define por uma troca jurídico-econômica entre o indivíduo, que cede seus direitos e obedece, e o Estado, que os recebe para garantir a segurança individual. Os direitos só existem enquanto houver potência da multidão e a segurança não é resultado de uma cessão da liberdade absoluta e individualista experimentada no abandono do estado de natureza, mas uma consequência da experiência atual e concreta da liberdade. A segurança não aponta para a paz das sepulturas, mas para a concórdia, cujo fundamento repousa na potência da multidão livre.

As normas jurídicas e a máquina constitucional não são externas à potência da multidão, tampouco se sustentam em uma forma contratual jurídico-econômica que norteia a cessão contratualista dos direitos (NEGRI, 1993, p. 253). Trata-se de efeitos do regime imanente de causalidade próprio da política spinozana, cujo princípio aponta para a tessitura afetiva de expansão da *cupiditas* (desejo) e da alegria, afetos inerentes à experiência política. A crítica ao contrato e à função das instituições constitucionais organizadas à maneira da tradição constitucionalista possui origem, portanto, nesse regime de causalidade, que põe o procedimento no lugar do contrato. Esse raciocínio é retomado em *O poder constituinte*, obra na qual se propõe uma nova racionalidade política fundada no procedimento de formação da potência da multidão, cuja realização envolve uma:

[...] imbricação de paixões e instituições, de interesses e de capacidades empreendedoras, imbricação essa de que o contrato

forneceu uma visão mítica e os procedimentos nos propõem o tecido ontológico aberto e tendencial (NEGRI, 2002, p. 454).

3. Poder constituinte, trabalho vivo e o desejo (*cupiditas*): Marx com Spinoza

Considerando que Negri reconhece na tríade maldita de autores – Maquiavel, Spinoza e Marx – a corrente fundadora do pensamento radicalmente democrático moderno e que Negri constrói seu argumento no interior dessa tendência radicalmente democrática, o conceito de poder constituinte negriano é também um conceito marxista. Quais seriam, portanto, os elementos conceituais propriamente marxistas presentes em *O poder constituinte*?

O primeiro desses elementos, a rigor, é mais a constatação de um problema do que um elemento conceitual. A análise negriana do conceito de poder constituinte envolve uma crítica já formulada por Marx a Hegel: a separação entre o social e o político e a afirmação de uma espécie de transcendência do político em relação ao social, que fundaria a autonomia do Estado face às forças sociais às quais o Estado deve sua própria existência. É o que constata Lefebvre:

Contra Hegel, Marx estabeleceu que a essência do ser humano não é política, mas social. O homem não é um animal político. As forças sociais, buscando cegamente seu caminho através de seus conflitos, deixam-se submeter pelo poder político: o Estado. As relações sociais (e suas contradições, que dão lugar às lutas de classes) explicam o Estado; e não o inverso, como queria Hegel [...] o Estado moderno funda-se na cisão da realidade humana em vida pública e vida privada, em cidadania e individualidade. Cisão que agrava a alienação política e que é preciso superar (LEFEBVRE, 1979, p. 89).

A divisão entre o social e o político assinala um problema central da reflexão negriana sobre o poder constituinte⁴ e indica a origem da captura da potência constituinte pelos aparatos institucionais engendrada pelo

⁴ A divisão entre o social e o político também é um problema contemporâneo, segundo Hardt e Negri. Não se trata de problema estritamente moderno, mas sim do próprio modo capitalista de produção. Neste sentido, ver HARDT & NEGRI, 1994, p. 270.

constitucionalismo⁵. Eis um dos movimentos essenciais da crítica negriana à tradição constitucionalista. Segundo essa tradição, o sentido do poder constituinte é tão-somente um: produzir a constituição, quadro normativo necessário ao funcionamento do Estado. Ou seja, em suas mais diversas formas de expressão, o pensamento jurídico é fruto da divisão constitutiva da modernidade capitalista criticada por Marx. O poder constituinte concebido pelo pensamento jurídico, em regra, aponta para sua própria clausura nas malhas do governo limitado constitucional. Sua função é, exclusivamente, elaborar a constituição, cuja finalidade envolve a limitação do movimento que a produziu. Tal função decorre da essência liberal do constitucionalismo, que, em muitos exemplos históricos, enxerga, na origem da fundação de governos autoritários e totalitários, a potência constituinte desmedida do social e defende a necessidade de sua contenção. Por essa razão, “o constitucionalismo apresenta-se como teoria e prática do governo limitado: limitado pelo controle jurisdicional dos atos administrativos e, sobretudo, pela organização do poder constituinte pela lei” (NEGRI, 2002, p. 20).

O conceito de poder constituinte, nesse horizonte marxista, exprime a necessária composição das lutas políticas e sociais: a luta da cidadania política é também a luta da liberação socioeconômica do trabalho (NEGRI, 2002, p. 376). Foi por negar o social ou por considerá-lo mera expressão de violência e anarquia⁶ que o constitucionalismo abandonou o trabalho à sua própria sorte e o expulsou de toda e qualquer reflexão sobre o poder constituinte. A modernidade capitalista, auxiliada pelo constitucionalismo, ao promover a transformação do poder constituinte em mera atividade de produção normativa guiada pela representação política, reafirma a divisão social do trabalho imposta pelo capital, considerado por Marx a expressão mais profunda do poder constituído: “esta desnaturação do poder constituinte numa prática de expropriação e de objetivação” (NEGRI, 2002, p. 373). A inversão da relação de causa e efeito entre poder constituinte e poder constituído representa um sinal da crença capitalista na produção de valor pelo capital que, conforme denuncia Marx, é apenas expropriação de trabalho

⁵ Sobre a análise crítica desses aparatos institucionais, ver NEGRI, 2002, capítulos 4 e 5.

⁶ Ver a crítica de Negri a Hannah Arendt em NEGRI, 2002, p. 27 - p. 36; p. 247 – p. 248.

alheio e cristalização do trabalho vivo criativo, outro elemento constitutivo marxista do conceito negriano de poder constituinte.

A associação entre o conceito de trabalho vivo e o conceito de poder constituinte aponta para duas finalidades: a) conferir consistência material ao poder constituinte, ou seja, inseri-lo no âmbito da produção; b) retirar, definitivamente, o conceito de poder constituinte do domínio jurídico ao compreender a natureza da criatividade e da inovação constituintes. Para Negri, é inadequada a redução da inovação ao campo do direito. Sua percepção sobre o poder constituinte envolve a inclusão da inovação constituinte no processo de cooperação social. Portanto, o poder constituinte não diz respeito somente à criação de normas jurídicas, mas à invenção de novas relações sociais, de novos modos de produzir e de novas instituições políticas. O processo constituinte envolve uma multiplicidade direcional: é econômico, político, social e jurídico simultaneamente. (HARDT & NEGRI, 1994, p. 221 e NEGRI, 2002, p. 53 – p. 54).

A rejeição da abstração constitucionalista, que considera o poder constituído a razão de ser do poder constituinte, e a relação entre poder constituinte e trabalho vivo reaproximam a questão social do conceito de poder constituinte. O trabalho vivo representa, no discurso de Negri, a expressão, no âmbito da produção material, do conceito de inovação maquiaveliano e da ideia de potência de Spinoza. Trata-se de atividade criativa, uma potência produtiva e inovadora. Ao mesmo tempo, o trabalho vivo constitui-se em força produtiva que se desenvolve por mecanismos de cooperação social – auxílio mútuo, diria Spinoza – essenciais à constituição da potência da multidão.

O conceito marxista de trabalho vivo torna ainda mais densa a materialidade das noções de inovação e de potência multitudinária e cooperativa cunhadas pelos dois filósofos materialistas mencionados que precederam Marx. Negri encontra no trabalho vivo síntese adequada e expressão concreta da tradição materialista e a possibilidade de contornar a separação entre o político, o social e o econômico (NEGRI, 2002, p. 54). O uso do conceito marxista de trabalho vivo propicia, de um lado, as condições para demonstração da abstração constitucionalista, cujo conceito de poder

constituente carece de base material, e, de outro, o retorno do social e do econômico à reflexão sobre o poder constituinte.

O materialismo da filosofia de Antonio Negri, para quem é impossível pensar o poder constituinte sem pensar a produção, se projeta contra a abstração formalista e idealista do constitucionalismo. Negri retomou o conflito entre trabalho vivo e trabalho morto, proposta por Marx, para desenvolver a análise do antagonismo entre poder constituinte e poder constituído. Da mesma forma que Marx, ao conceituar o trabalho vivo, é capaz de denunciar a equivocidade da teoria burguesa do trabalho, para a qual o trabalho morto determina o vivo e contém sua criatividade, Negri demonstra que tal operação foi igualmente realizada pelo constitucionalismo ao tratar do conceito de poder constituinte (NEGRI, 2002, p. 53).

Ao contrário da perspectiva marxista, as principais teorias da constituição raramente mencionam o trabalho quando analisam o poder constituinte⁷. A sobredeterminação do capital e do político em relação ao social é tamanha que o constitucionalismo considera desimportante o conceito de trabalho. O trabalho, segundo a maior parte do discurso constitucional, seria, exclusivamente, objeto de regulação estatal, jamais a causa do próprio poder político. Por consequência, retirada sua materialidade, o poder constituinte se torna, única e exclusivamente, um signo retórico de sustentação da legitimidade das constituições.

O conceito spinozano de desejo (*cupiditas*) também é central para a compreensão do conceito de poder constituinte⁸. A apropriação negriana desse conceito assinala mais um ponto de intercessão entre A anomalia selvagem e *O poder constituinte* e também um ponto de intercessão entre Spinoza e Marx. Fazer de Marx um aliado de Spinoza visa a recusar qualquer linha de interpretação autoritária ou totalitária da relação entre poder constituinte e desejo. É a partir da filosofia de Marx que Negri estabelece a relação entre poder constituinte, desejo, criatividade e trabalho vivo,

⁷ Ver NEGRI, 2002, Capítulo 1, seção 1. Curiosamente, um dos poucos autores da tradição constitucionalista a levar em consideração o trabalho como fundamento do poder constituinte, ainda que de forma conservadora, foi uma das maiores referências sobre o tema para o pensamento constitucional, Sieyès. A esse respeito, ver NEGRI, 2002, Capítulo 5, seção 2.

⁸ Sobre a questão do desejo no pensamento de Antonio Negri, há um trabalho de fôlego recente que lançou olhar original sobre o tema: FONSECA, 2015.

sequência conceitual decisiva às reflexões em torno do trabalho imaterial recentemente desenvolvidas. Ao eleger os problemas relativos ao conceito de trabalho vivo, Negri identificou um interessante ponto de contato entre Spinoza e Marx e buscou imunizar-se contra as interpretações excepcionalistas do poder constituinte de matriz schmittiana, para as quais o desejo se curva à exceção e ao controle, em vez de impulsionar a liberação.

A relação entre poder constituinte, desejo e criatividade do trabalho vivo aponta para o problema do limite que, como insiste Negri, não é jamais absoluto, mas um obstáculo (NEGRI, 2002, p.451). Tal concepção do limite foi esboçada em *A anomalia selvagem*, quando da análise da relação entre o finito e o infinito. A expansão da potência, experimentada pelos modos finitos, exprime a experiência da infinitude, porque os modos finitos, ao transgredirem os limites e ao instituírem um novo horizonte de sua potência, participam do infinito e produzem uma inovação no interior do infinito (NEGRI, 1993, p. 210).

Esse é o caso do desejo, expressão afetiva do esforço em perseverar na existência, que não possui, em si mesmo, contrário. O limite do desejo, para Spinoza, é sempre externo. Não há, na própria coisa que deseja, nada capaz de conter ou suprimir seu desejo. Portanto, o fortalecimento do desejo e a ampliação da potência de perseverar correspondem à superação dos limites que o mundo externo põe ao próprio desejo. A experiência de fortalecimento do desejo se identifica com a experiência de superação dos limites instituídos. O desejo é esforço de perseverança indeterminado em sua duração, pois, como sabemos, para Spinoza, a morte, o limite do *conatus*, sempre resulta de causas externas. O desejo se constitui em esforço que alarga o horizonte, que empurra os limites e que, por participar do infinito, exprime-o de certa maneira.

O desejo spinozano, segundo a interpretação de Negri, afirma uma potência de inovação política e social, dotada de criatividade e de positividade absolutas, visto que o limite é, na verdade, simples obstáculo a ser ultrapassado pela potência constituinte. O limite não provê a potência constituinte de sentido, mas é a potência constituinte que, ao ultrapassar o limite, o determina enquanto tal. Ao resgatar o conceito de *cupiditas* de Spinoza, Negri afirma não haver medida anterior ao desejo, porque ele

constitui a realidade política e social, mesmo ali onde as normas postas impedem de enxergar além do limite. Ou seja, mesmo as normas são efeitos do investimento do desejo, e não seus limites intransponíveis.

O problema do limite, inclusive, é parte da reflexão negriana tanto em *A anomalia selvagem* quanto em *O poder constituinte* certamente pelas circunstâncias semelhantes que cercaram as duas obras. Ao fim da década de 1970 a experiência operaísta fora literalmente enjaulada, enclausurada, enquanto ao final da década de 1980, na Europa, pouco das lutas pela organização do Estado de bem-estar social parecia haver sobrado após a década em que reinaram – e governaram – Thatcher e Reagan. Esta é, evidentemente, a fonte da reflexão negriana exposta a seguir:

A crise é um limite, mas é também e sobretudo um obstáculo. O limite é posto contra uma ilimitada vontade de potência da multidão: nesta relação, ele se torna obstáculo. Ao se agravarem nesse terreno do negativo, as contradições e os confrontos tornam-se ativos: o limite não encerra, mas libera a práxis (NEGRI, 2002, p. 440).

Os temas do fracasso e o do limite se uniram nas circunstâncias amargas dos períodos mencionados. Após a derrota operaísta e o salto para frente capitalista desfechado pelo neoliberalismo, restou a Negri analisar a contribuição da máquina constitucional para esse salto e o que poderia sinalizar uma possível resistência à inovação capitalista neoliberal. A saída negriana, seguindo o rastro deleuziano, foi apostar na criatividade do desejo. É neste sentido, inclusive, que a influência de Marx aparece no texto de *O poder constituinte*, a fim de explicitar a realidade material da concepção spinozana de *cupiditas* (desejo). O conceito de trabalho vivo de Marx permitiu a Negri unir o desejo à produção, movimento fundamental para pensar o conceito de poder constituinte de uma perspectiva materialista.

Em suma, a criatividade e a desmedida permitem detectar a vizinhança entre o desejo e o trabalho vivo. O trabalho vivo, ao afirmar uma potência criativa, inovadora, envolve uma necessária desmedida, tanto quanto o desejo, expressão do *conatus*, que não possui limite interno, ao investir-se nos objetos e nos sujeitos, determina o próprio sentido das coisas. O bem, o mal, o belo, o feio, a ordem e a desordem expressam variações de investimento do desejo

nas coisas. Não é exagero afirmar que o desejo inova, pois ele estabelece um sentido singular das coisas, sentido esse que decorre de um igualmente singular investimento do desejo nas coisas

Há outra relação evidente entre o desejo e o trabalho vivo. O desejo da multidão, sua potência, é a medida do direito civil – e, por isso, se encontra fora da medida do direito civil – e o trabalho vivo é fonte de todo valor, portanto aquilo que excede a apropriação privada da produção. Consequentemente, desejo e trabalho vivo possuem a mesma propriedade: ambos determinam a medida, seja do direito civil, seja do valor. Por esses motivos, Negri promoveu esse necessário encontro de Marx e de Spinoza ao analisar o conceito de poder constituinte.

4. Multidão, o trabalho imaterial e o comum

O problema da redefinição da relação entre o social e o político, presente na investigação sobre o poder constituinte, e a questão da relação entre trabalho vivo e desejo ainda padeceriam de abstração se Negri não enfrentasse uma terceira questão, a do sujeito constituinte. Sem pensar o problema do sujeito que realiza o trabalho vivo e que produz a inovação ao afirmar sem medidas prévias seu desejo, o discurso de Negri ainda se encontraria imerso em abstrações ontológicas. Não por acaso, já na década de 1970 esse problema suscitava investigações da parte do próprio autor⁹. Não há poder constituinte sem um processo de subjetivação coletiva que o realize. Embora a opção negriana de identificar no conceito de multidão uma alternativa à classe operária para compreender a formação do sujeito constituinte não fosse possível sem Spinoza, sua empreitada tem raízes evidentemente marxistas. Foi em companhia de Spinoza, de Marx e daquele que citava Marx sem aspas, Foucault, que Negri investigou o problema da subjetivação, tão fundamental ao conceito de poder constituinte.

⁹ A respeito da produção intelectual de Negri nos anos setenta, na qual ele já detectava a necessidade de repensar o conceito de classe e, por consequência, do sujeito político, sugerimos a leitura do seguinte texto: SANTIAGO, 2014, p. 24 - p. 48.

A interpretação negriana da ascensão do proletariado na França, ascensão essa concebida a partir dos efeitos da Revolução Francesa, decorre de sua aliança com Marx no pensamento. Após o bloqueio do processo revolucionário, imposto no Termidor pela burguesia, teve início instituição de um novo sujeito, o proletariado (NEGRI, 2002, p. 321). Negri apresenta um elemento fundamental à subjetivação coletiva ao investigar a revolução francesa: a luta, a resistência. O proletariado assumiu a posição de sujeito da inovação revolucionária porque se constituiu a partir da luta. A resistência ao Termidor, que atravessou o século XIX, redesenhou o conflito social e marcou a ascensão de uma nova classe.

Segundo Negri, o sujeito se forma ativamente em necessária relação de antagonismo às formas constituídas do poder, que são governadas por uma determinada classe. Essa contínua reabertura antagonista marca o movimento real constituinte e determina sua permanência. A tese marxista do antagonismo de classe pressupõe um movimento que reabre esse antagonismo permanentemente, à medida que mudam as formas do poder constituído e as classes que as governam. Desse horizonte marxista, nasce a tese negriana da permanência e da expansividade do poder constituinte (NEGRI, 2002, p. 325 – p. 329) que se sustenta, por necessidade, na contínua formação de processos de subjetivação coletiva.

Negri parte da proposta de Marx para enfrentar o problema do sujeito constituinte no mundo contemporâneo. Se o próprio Marx entendia que as mutações sociais e econômicas exigiam a reorganização subjetiva das lutas, o esforço negriano de estabelecer uma compreensão contemporânea sobre esse processo é efeito da influência de Marx em seu pensamento. Desse esforço surge o conceito de multidão (NEGRI, 2002, p. 421 – p. 433), concebido por Negri a fim de pensar a resistência em tempos de capitalismo pós-industrial e global.

O conceito de multidão é efeito de quatro passos metodológicos inspirados na obra de Marx: “a) a tendência histórica; b) a abstração real; c) o antagonismo; d) a constituição da subjetividade” (HARDT & NEGRI, 2005, p. 189). Tal conceito é um dos conceitos negrianos mais mal compreendidos e, por consequência, dos mais criticados. Portanto, a fim de tornar mais nítido o

conceito, é preciso seguir os passos metodológicos que traduzem a gênese da ideia de multidão.

De início, antes de percorrer o trajeto negriano, realizado em parceria com Michael Hardt, é fundamental expor o que Negri compreende por multidão. O primeiro dado a esclarecer é o duplo sentido que a ideia de multidão envolve na filosofia de Antonio Negri (HARDT & NEGRI, 2005, p. 285). O primeiro sentido é efeito de sua apropriação do conceito spinozano de multidão. A multidão possui uma conotação ontológica e é concebida temporalmente do ponto de vista da eternidade. Trata-se, de acordo com essa concepção ontológica, de um conjunto de singularidades que compõem relações entre si, afirmam uma potência comum, mas jamais deixam de expressar aquilo que lhes é próprio, sua essência singular e atual. Além disso, a própria existência de cada uma dessas singularidades, diferentes em si mesmas, resulta de uma contínua resistência às causas externas, infinitamente mais potentes. Tal resistência decorre do esforço em instituir e conservar relações comuns de composição com outras singularidades das quais decorre uma potência comum de perseverança na existência e de resistência às forças que tendem à sua destruição.

Negri e Hardt associam ao conceito de multidão uma potência de resistir às tentativas de opressão e de anulação tirânica de suas singularidades instituintes e de sua singularidade subjetiva coletiva. A experiência política e social envolve a contínua superação dos obstáculos à própria afirmação das diferenças. A cooperação possui um relevante papel nesse processo, pois desencadeia a formação de uma trama de afetos propícios à experiência da sociedade comum dos homens e uma certa experiência da razão conveniente ao estímulo dos afetos que reforçam a composição das singularidades.

O comum e a multiplicidade constituem o pressuposto e a causa da existência de cada singularidade que, desde sempre, já decorre de uma composição entre diversas singularidades. Para Spinoza, o singular só existe porque há multiplicidade, e não unidade uniformizadora. Ao mesmo tempo, o múltiplo só é possível porque constituído por singularidades, do contrário o múltiplo seria simples variação da uniformidade. Eis o conceito de multidão ontológica: uma multiplicidade de singularidades que se esforçam em

perseverar mediante a composição de relações comuns permeadas de afetos propícios à cooperação entre as singularidades (HARDT & NEGRI, 2005, p. 145).

A outra noção de multidão é histórica. Trata-se de síntese da interpretação negriana sobre o conceito de multidão de Spinoza, do método marxista mencionado acima e da realidade social, política e econômica contemporânea. A multidão histórica, no entanto, não dispensa os elementos expostos acerca da multidão ontológica. A classe multitudinária é também efeito da composição de singularidades, o que permite pensar a noção de classe fora dos critérios identitários e a partir da noção de diferença (HARDT & NEGRI, 2009, p. 388).

Poderíamos dizer que a multidão em Negri é o equivalente funcional do proletariado em Marx, ou seja, um conceito de classe (HARDT & NEGRI, 2005, p. 143). A multidão, a classe explorada, sofre os efeitos da exploração em certas circunstâncias históricas pelo capitalismo. A compreensão de tal conceito de classe envolve as etapas do método marxista acima mencionados.

O primeiro dessas etapas diz respeito à tendência histórica, que, nos termos do desenvolvimento contemporâneo do trabalho, guarda relação com a afirmação de um novo modo de organização da produção e de expressão do trabalho. Esse novo modo de expressão tendencial do trabalho, o trabalho imaterial, se compõe de atividades linguísticas, afetivas e comunicacionais¹⁰.

A dinâmica contemporânea do trabalho é imaterial, embora os seus efeitos se façam sentir e mensurar. Sua atividade envolve a produção social, na medida em que os afetos, os mecanismos de comunicação e a linguagem decorrem da própria existência. Trata-se de uma necessidade existencial. Diante disso, há um problema a enfrentar: se o trabalho imaterial é inerente à produção social autônoma, por que ele assinala uma mutação produtiva tão profunda? Na verdade, não é o trabalho imaterial que assinala a mutação, mas a sua hegemonia em relação aos outros modos de organizar a produção. A rigor, quando se pensa em hegemonia tendencial do trabalho imaterial, entende-se que, no mundo contemporâneo, o trabalho imaterial orienta as antigas formas de expressão do trabalho, o trabalho agrícola e industrial.

¹⁰ Um panorama do debate que envolve a questão do trabalho imaterial é apresentado em CAMARGO, 2011, p. 37 – p. 56.

Um exemplo dessa questão diz respeito à relação entre produção e consumo. O fordismo, por exemplo, limitava o consumo e suas possibilidades aos elementos produtivos disponíveis. O consumo refletia a produção material. Tratava-se de um consumo de massa uniforme e guiado por rígidos padrões estabelecidos pela própria fábrica. Atualmente, outra forma de produção dos bens de consumo tende a substituir, progressivamente, o consumo de bens padronizados. A relação entre o mercado consumidor e o mercado produtor não se define mais unilateralmente. Ao contrário, é fundamental fazer vicejar um mercado consumidor. Trata-se de, permanentemente, produzir, investir e reinvestir o desejo dos consumidores. Antes mesmo de produzir bens para o consumo, é preciso reconhecer e estimular os desejos e tornar viável o consumo de muitos bens, ainda que a renda não seja suficiente, o que demonstra a necessidade de campanhas de marketing e de financiamento do consumo.

O capitalismo contemporâneo necessita, portanto, gerir a informação, produzir, estimular ou modificar afetos e estabelecer adequada e estratégica comunicação com o mercado consumidor. O que se vê por todos os lados é a multiplicação das tecnologias de informação, de algoritmos, de mecanismos de análise de dados e de signos capazes de traçar perfis do consumidor e direcionar a ele o produto como se fosse feito sob encomenda (e muitas vezes o é). Ainda que a agricultura e a indústria empreguem a maior parte da massa trabalhadora, ambas necessitam de investimento em tecnologias de informação, em campanhas de marketing e em formação de redes de comunicação para tornar viável economicamente a produção de seus bens materiais. Eis o verdadeiro sentido da tendência hegemônica (HARDT & NEGRI, 2005, p. 148) do trabalho imaterial, que se constitui em elemento marxista do método negriano.

A quantidade é importante, mas o principal é apreender a direção do presente, apreender a identificar quais sementes germinarão e quais fenecerão. O grande esforço de Marx no meado do século XIX foi no sentido de interpretar a tendência e projetar o capital, então em sua infância, como uma forma social completa (HARDT & NEGRI, 2005, p. 190).

A apropriação do trabalho imaterial pelo capital se reflete também na mutação da relação entre tempo, vida e trabalho. Se no período fordista e taylorista havia rígida divisão entre tempo do trabalho e tempo da vida e a exploração do trabalho e o valor eram medidos em função da quantidade de tempo de trabalho, no período pós-industrial ocorreu uma profunda modificação da exploração do trabalho pelo capital. A exploração, em tempos de capitalismo pós-industrial, se encontra no âmbito biopolítico. A produção e a reprodução da vida sofrem o controle do capital, e não mais apenas a atividade do empregado na fábrica. O capital controla a produção em espaço aberto, e não somente no espaço fechado da fábrica. Disso se deduz que o controle se organiza em rede, e não em instituições disciplinares fechadas nas quais há um centro de vigilância¹¹. Por essa razão, a compreensão adequada da natureza da exploração não envolve apenas a intelecção da relação salarial.

A relação salarial exigia uma rigidez e uma relativa imobilidade do trabalho e uma certa limitação do tempo do trabalho. A jornada de trabalho era fixa e o tempo da vida era um espaço de resistência à exploração. A nova forma da exploração implicou uma redefinição dos próprios atributos do trabalho, que se mostra flexível, móvel e precário. No capitalismo contemporâneo, há trabalho e exploração até nos momentos do lazer. A jornada de trabalho tornou-se porosa, não no sentido de sua diminuição quantitativa, mas no sentido de que “os trabalhadores autônomos trabalham sempre [...] O coração dessa nova relação de trabalho não é mais a ‘forma salário’, mas a ‘forma renda’” (LAZZARATO & NEGRI, 2001, p. 93).

A “forma renda” da exploração explicita uma nova forma da organização do capital, que se transformou em uma relação social e instituiu mecanismos de controle indireto do trabalho. Ainda que não receba um salário, o trabalhador permanece nas mãos dos bancos, dos donos de imóveis e, por consequência, transfere sua renda para os mesmos. Vivemos, portanto, um mundo em que não há fora do capital, que alcançou o estágio de subsunção real¹² previsto por Marx. O capital não é mais uma força estranha

¹¹ A esse respeito, ver DELEUZE, 2014, p. 245 - p. 392; DELEUZE, 2004, p. 219 - p. 226; FOUCAULT, 1988, p. 127 - p. 149

¹² Não é objeto deste trabalho analisar criticamente a interpretação negriana da questão marxista da subsunção real. Para esse fim, ver THOBURN, 2001, p. 85 – p. 91.

ao corpo social, que reorganiza a sociedade a partir de critérios externos e a submete formalmente a seus processos de produção. Atualmente, o capital é inerente às relações sociais e se apresenta, imaginariamente, embora não seja efetivamente, como condição para a existência das mesmas. A chantagem financeira e o endividamento universal reforçam essa ideia inadequada (HARDT & NEGRI, 2009, p. 07).

Nessas circunstâncias, o capital já não expropria, mas captura o valor (HARDT & NEGRI, 2005, p. 156), visto que se introduz nas relações de cooperação social, que existem independentemente do capital, para realizar a exploração do trabalho. Esse ponto de vista lembra a posição de Spinoza sobre a cooperação, ou auxílio mútuo, expressão por ele usada. Para Spinoza, a cooperação constitui a condição para a apropriação privada dos bens. Mesmo o individualismo possessivo hobbesiano é efeito do auxílio mútuo. Toda propriedade privada demanda um esforço comum de produção e apropriação. Negri e Hardt afirmam algo semelhante sobre a relação entre capital e trabalho no tempo da produção imaterial, na medida em que o capital não mais organiza a cooperação, mas se nutre dela. Eis a proposta dos dois autores para a compreensão do processo de progressiva acumulação financeira dos últimos quarenta anos (HARDT & NEGRI, 2009, p. 153 – p. 159).

Atualmente o capital funciona como um parasita. Ele se instala no hospedeiro, atua dentro do próprio corpo do hospedeiro. Um exemplo dessa forma de funcionamento do capital encontra-se na organização das metrópoles contemporâneas. Se, na era de ouro do capitalismo industrial, a formação de cidades inteiras ocorria à imagem e semelhança da fábrica e de acordo com suas necessidades, na era pós-industrial o capital se instala em metrópoles sem a intenção de (re) formá-las, mas sim de capturar os fluxos produtivos em seu benefício. O capital já não cria cidades, pois é menos dispendiosa a apropriação da produção sem investimento na organização do trabalho. Há uma situação curiosa, portanto. O capital está por toda parte, mas, por outro lado, a cooperação social se organiza de modo autônomo. Eis a contradição a ser explorada em busca da liberação do trabalho.

A necessidade de repensar o conceito de trabalho se relaciona com a necessidade de repensar o conceito de poder constituinte. Era preciso decifrar

aquilo que o neoliberalismo compreendeu antes e cujo controle se consolidou na proposta político-econômica do indivíduo-empresa. A análise dos elementos constitutivos do trabalho imaterial se voltou, portanto, para a adequada intelecção da forma contemporânea da produção e também da forma contemporânea da acumulação de propriedade, uma forma biopolítica de apropriação privada dos bens. Desses elementos constitutivos, três deles apontam para a filosofia spinozana: o desejo, a cooperação e o comum.

Não haveria o conceito de trabalho imaterial sem o conceito de desejo. Ao levar em consideração o desejo, Negri avançou em direção ao novo modo de apropriação capitalista, uma apropriação flexível, individualizável, apta a captar e a estimular os fluxos de desejos dos indivíduos consumidores por meio do marketing e da publicidade. A rigor, ao transformar o cidadão disciplinado em indivíduo empreendedor e consumidor, o capitalismo neoliberal atingiu o cerne da produção, o desejo. “A publicidade não serve somente para informar sobre o mercado, mas para constituí-lo. Entra em relação interativa com o consumidor, voltando-se não só às suas necessidades, mas, sobretudo, aos seus desejos” (LAZZARATO & NEGRI, 2001, p. 62).

O que o neoliberalismo descobriu antes foi o desejo. No mundo da produção pós-fordista, somos, sobretudo, máquinas desejantes. O trabalho imaterial, portanto, se exprime pelo desejo e se organiza por mecanismos de cooperação afetivos e comunicativos. A apropriação capitalista contemporânea é efeito da captura do desejo, dos afetos e dos mecanismos de comunicação, que são a fonte da produção de valor.

Eis o estado atual da abstração real, que foi potencializada na era da produção imaterial e da subsunção real da sociedade ao capital e que determina uma nova face do antagonismo entre capital e trabalho. A experiência do antagonismo ocorre em ambiente de expropriação da produção biopolítica da multidão pelos mecanismos abstratos da financeirização e pelos dispositivos afetivos, cognitivos e comunicativos do marketing e da publicidade. Se a cooperação se organiza sem a intervenção do capital, para Negri, resta ao capital se instalar no interior da produção biopolítica para extrair valor dos efeitos da cooperação social.

A produção do valor depende de um regime de cooperação que, segundo Negri, atualmente não mais se reduz a um processo disciplinar conduzido pelo Estado em parceria com o capital. Na era da sociedade de controle, a cooperação vem antes, ou seja, a expressão do desejo, a socialização dos afetos e a instituição da linguagem e da comunicação decorrem do processo de cooperação social. Uma vez estabelecida a cooperação, o capital se apropria do valor instituído por ela produzido. Em grande medida, o capital não forma as condições da cooperação social, ao contrário da era da disciplina fabril, quando o capital enclausurava o trabalho na fábrica e determinava os mecanismos de cooperação. Havia, portanto, uma certa transcendência do capital em relação à cooperação, que, progressiva e aceleradamente, se esvai em favor de uma imanência do capital nas relações sociais. Parafraseando o que Foucault dizia sobre o biopoder, o capital se tornou mais um governante do que um soberano. Ele até estimula, suscita, orienta e canaliza a cooperação, mas não é mais o criador dos laços cooperativos. Abandonou sua função demiúrgica, que deu lugar a uma função de gestão.

O capital não é mais príncipe novo, externo à comunidade, que busca um novo modo de legitimação de seu poder por meio da refundação da comunidade e dos laços de cooperação social à sua imagem e semelhança. O capitalismo contemporâneo é corporativo, gerencial. Trata-se, sobretudo, de um modo de governar que se confunde com a própria comunidade ou, mais precisamente, se faz confundir, propositadamente, com a comunidade, na medida em que o comum precisa existir para que o capital exista. O comum é anterior ao capital e não cessa de produzir excedentes inapropriáveis. Por mais que o capital se esforce em controlar, canalizar e vigiar os efeitos da produção de linguagem, por exemplo, jamais contém a inovação linguística.

Nessas novas condições do antagonismo, a experiência da exploração capitalista se modifica. Se é adequado afirmar que, em se tratando da exploração fabril, “o grau de exploração corresponde à quantidade de tempo de trabalho excedente, ou seja, a parte da jornada de trabalho que vai além do tempo necessário para que o trabalhador produza valor igual ao salário que recebe” (HARDT & NEGRI, 2005, p. 198), a compreensão do antagonismo entre

trabalho e capital, da exploração e da divisão do trabalho no horizonte da produção imaterial pós-fordista, pós-industrial e pós-taylorista requer novos elementos conceituais. A impossibilidade de distinção nítida entre o tempo da vida e o tempo do trabalho exige outra percepção sobre a exploração, afinal a quantificação precisa do tempo de trabalho tornou-se um problema, quicá uma impossibilidade (NEGRI, 2003, p. 253).

Em suma, a exploração não ocorre mais no interior da fábrica e através da relação salarial, mas no interior do corpo social biopolítico e por intermédio da noção de renda. O capital captura os fluxos produzidos pelo trabalho em espaço aberto, não somente na clausura da fábrica ou da empresa. No mundo contemporâneo, o rentismo dá as cartas, não mais os grandes industriais.

O conceito de trabalho ainda envolve um terceiro elemento, o conceito do comum, cujas raízes remetem à filosofia spinozana¹³. Na verdade, o conceito do comum decorre da articulação entre cooperação e desejo. Aliás, não apenas decorre, mas é também o pressuposto de ambos.

Só há corpo se houver muitos corpos. Só há cooperação se houver, de saída, as condições da cooperação, as noções comuns. Uma vida individual só pode ser produtiva se entrar em relação com outras vidas, com outros corpos e outras mentes (NEGRI, 2001a, p. 28). O conceito do comum, na verdade, permite a Negri traçar, no âmbito da cooperação produtiva, a distinção entre o comando capitalista e a multidão. A rigor, por meio do conceito do comum, Negri introduz o conceito de trabalho imaterial no debate sobre o comunismo. Trabalho vivo imaterial não significa o que os gerentes de recursos humanos, de recursos afetivos ou de recursos linguísticos realizam, mas o que excede e

¹³ A noção negriana de comum remete a Spinoza, conforme reconhece Negri. O conceito de que Negri extraiu elementos para formar o seu conceito de comum é a ideia de noção comum. Para Spinoza, uma noção comum é aquilo que existe na parte e no todo, é o plano no qual se entrelaçam as relações de composição entre os corpos. Por exemplo, o modo infinito da extensão é comum aos corpos que, ao participarem ativamente do infinito, se compõem e constituem novas relações comuns, uma nova forma do comum. Na filosofia de Spinoza, o modo infinito da extensão é o pressuposto da composição entre os corpos, mas também o efeito desse movimento de composição, porque os corpos, que não cessam de se compor, habitam necessariamente a extensão. Esse efeito de espelho é, na verdade, fruto da necessária simultaneidade entre o comum e a cooperação/composição. Não há cooperação sem um espaço comum já instituído. Por sua vez, a cooperação torna o comum ainda denso, mais espesso, mais tangível. Ela confere realidade ao comum. Segundo Negri, “é somente em Spinoza que o problema é transformado (...) E o comum é totalmente reportado para dentro do desenvolvimento da ontologia. Comum é a composição dos corpos, comum é o objeto da *cupiditas*, comum é a figura divina. O comum é a ontologia considerada do ponto de vista da paixão, da força que agita e constitui o mundo e a divindade” (NEGRI, 2001b, p. 106).

escapa à captura dos gerentes do capital no mundo pós-fordista. De acordo com Negri,

A forma da cooperação não é suficiente, por si só, para resolver o problema. Provavelmente, desse ponto de vista, o que precisamos seguir é aquele fio (marxista) que identifica o comum como única dimensão que pode permitir romper eventuais confusões e indiferenciações ambíguas. O comum diferencia. É o que nos permite distinguir o gerente do trabalhador: de fato, é somente a afirmação do comum que nos permite orientar de dentro os fluxos da produção e separar os capitalistas, alienantes, dos que recompõem o saber e a liberdade (NEGRI, 2003, p. 226 – p. 227).

O comum excede qualquer tentativa de expropriação capitalista, sobretudo porque, no capitalismo pós-moderno, não há produção imaterial sem o comum. Eis a razão de Negri insistir no exemplo da linguagem ao tratar do conceito de comum (NEGRI, 2003, p. 226). Toda cooperação pressupõe a linguagem, meio sem o qual a cooperação não se desenvolve. No entanto, a cooperação produz linguagem, cuja criação só ocorre socialmente e em comum¹⁴.

Por fim, o método marxista trata da questão da produção de subjetividade, que é fundamental à noção histórica de multidão. Em um contexto de precariedade, flexibilidade, mobilidade do trabalho, de hibridização entre o tempo da vida e o trabalho e de expropriação da cooperação social, qual subjetividade se constitui? Qual sujeito é efeito dessa captura objetiva de sua força produtiva? Negri entende que os pobres representam a nova subjetividade, pois os atributos acima mencionados da nova forma de expressão do trabalho exprimem a condição essencial da pobreza. As questões a enfrentar, portanto, são duas: o sentido contemporâneo da pobreza e a necessária relação do pobre e do trabalhador para fins de afirmação do antagonismo. É o que a passagem abaixo esclarece.

¹⁴ A linguagem exerce, em relação ao conceito de trabalho imaterial e de cooperação, o mesmo papel que o modo infinito ocupa na filosofia spinozana para tratar da atividade de composição dos corpos. O trabalho imaterial e a cooperação dependem da linguagem, seu pressuposto, na medida em que não há produção imaterial nem cooperação sem a linguagem. No entanto, a linguagem só ganha realidade e materialidade por intermédio das relações de cooperação e da criatividade do trabalho. Da mesma forma, o movimento excede os corpos que o habitam. Por mais que os corpos componham e decomponham suas relações de movimento, o movimento permanece. Por outro lado, o movimento também exige a composição de relações singulares de movimento, do contrário seria mera abstração e não possuiria qualquer realidade.

Como se qualifica a pobreza hoje? Temos que considerar um aspecto, antes de mais nada: a pobreza sempre foi considerada com despeito na tradição comunista [...] Se a função da exploração é a de sufocar, reduzir espaço, mobilidade, além da capacidade de cooperação e criação de valor, então o pobre não é somente um excluído, mas é o sujeito exemplar da exploração. Nesse sentido, o pobre e o trabalhador devem lutar juntos (NEGRI, 2003, p. 111).

O pobre é aquele considerado, do ponto de vista do capital, apenas para fins de investimento do poder, um mero objeto da dominação, a parcela dos sem-parcela, como já disse Rancière¹⁵. A parcela da população excluída da pólis e que não possuía título para governar – ou para produzir – constituiu-se subjetivamente, pela primeira vez, em Atenas. Os pobres, que compunham o demos ateniense, aqueles que não detinham título de propriedade e, por consequência, tampouco possuíam título para governar, construíram a democracia ateniense. Portanto, não se trata de pensar o pobre como vítima, mas sim como sujeito resistente e produtivo (HARDT & NEGRI, 2002, p. 174 - p. 177), uma potência produtiva expansiva e, porque ainda vazia de sentido, capaz de realizar a produção do comum.

A universalidade dos pobres, ao fim e ao cabo, decorre necessariamente do modo de expropriação contemporânea. Se, ao reproduzirmos o regime de signos e afetos estimulados pelo capital, somos levados a produzir mesmo em nosso tempo livre, não nos encontramos, nesse caso, diretamente incluídos na relação salarial e a exploração alcança graus impensáveis de abstração. Se nossa produção é capturada sem que tenhamos qualquer forma de ingerência no próprio processo de captura, em razão sua extrema abstração, um elemento da pobreza se universalizou: a submissão a uma exploração sem qualquer mediação e sem nenhuma retribuição. Ao romper a barreira do tempo da vida e do tempo do trabalho, o capital pós-industrial abriu caminho para que todos os trabalhadores experimentassem,

¹⁵ Negri e Hardt em (HARDT & NEGRI, 2009, p. 45) reconhecem que o conceito de pobreza por eles cunhado tem relação do conceito de Jacques Rancière de parcela dos sem-parcela, elaborado em *O desentendimento*. Para maiores esclarecimentos, ver RANCIÈRE, 1996, p. 17 - p. 70.

de algum modo, aquilo que é da natureza do pobre: a subordinação a uma exploração que se pretende absoluta.

Eis a questão da multidão. A multidão é uma multidão de pobres, híbrida, que envolve em seu interior todas as diferenças e atravessa todas as identidades¹⁶. Negros, mulheres, LGBTQs, refugiados, indígenas, imigrantes, trabalhadores assalariados, trabalhadores autônomos e crianças partilham uma condição comum: o efeito das relações de cooperação que não cessam de criar é capturado, frequentemente, sem qualquer tipo de regulação e de governo sobre essa captura. A submissão à lógica da financeirização, do endividamento contínuo – a multidão deve por toda a parte, pois todos os Estados devem –, da captura de nossa linguagem e de nossos afetos pela publicidade e pelo marketing, pela indústria cultural e da moda representam alguns dos sintomas dos modos de controle e de expropriação que atingem a todos. A classe multitudinária é um dado, segundo Negri. Já é classe em si. Trata-se de constituir-se em classe para si.

5. Conclusão

A interpretação negriana sobre o poder constituinte representa uma original síntese de postulados e conceitos de Spinoza e de Marx. Essa síntese permitiu a construção de um conceito dotado de duas pinças. Uma, de natureza ontológica, remete a Spinoza. Sua proposta de redefinição da relação entre o finito e o infinito, sua percepção de que as decisões políticas e as normas jurídicas decorrem de um permanente processo de instituição e afirmação da potência comum formada por multidões de singularidades cooperantes e seu conceito de desejo, afeto derivado do conceito de *conatus* que permite vislumbrar a participação do finito no infinito compõem a pinça ontológica do conceito. A outra, de natureza histórica, remete a Marx, a seu conceito de trabalho vivo, à percepção de que a ontologia possui uma expressão histórica e

¹⁶ Negri em muitos de seus textos chama a atenção para essa condição atual da multidão de pobres. Por vezes chega a criticar os mecanismos de produção de identidade, não para negá-los, mas para lembrar que a luta identitária, embora fundamental, pois as minorias invariavelmente são mais exploradas, precisa projetar-se além das identidades. A luta identitária é, portanto, um meio de combate da forma contemporânea da exploração.

de que o pensamento de Marx confere mais densidade e materialidade à própria ontologia de Spinoza, da mesma maneira que a ontologia de Spinoza permite rasgar as malhas da dialética hegeliana. Em suma, ao propor uma investigação materialista sobre o poder constituinte, Negri trouxe para o debate político-jurídico uma inovadora percepção: falar de poder constituinte sem falar de democracia, desejo, trabalho e cooperação é tratar de uma imagem jurídica, e não de um conceito filosófico.

A intelecção adequada desse conceito exige um novo método de análise. Da obra de Negri se extraem três componentes do método. Em primeiro lugar, a investigação sobre o conceito de poder constituinte deve considerá-lo a partir dos elementos internos que o compõem, e não a partir dos problemas jurídicos que a noção de poder constituinte põe diante do poder constituído. Se o conceito de poder constituinte é o conceito de uma causa, não há outra maneira de estudá-lo, senão por intermédio de sua própria natureza de causa. Esse é o fundamento da crítica negriana ao constitucionalismo, que aborda o poder constituinte a partir de seu efeito, o poder constituído, e dos problemas normativos com os quais os órgãos do Estado, sobretudo os órgãos judiciais, se defrontam ao tratar da relação entre poder constituinte e poder constituído. Em segundo lugar, o conceito de poder constituinte não se afasta dos problemas materiais que decorrem do modo atual de organização da produção. Portanto, o poder constituinte diz respeito às relações sociais, econômicas, políticas e jurídicas. Disso se deduz o último componente do método de investigação do poder constituinte. Sua natureza exprime um elevado grau de complexidade. Qualquer análise exclusivamente jurídica não dá conta dessa complexidade. O estudo rigoroso e abrangente do poder constituinte requer um movimento intelectual que leve em consideração questões jurídicas, ontológicas, éticas, históricas, econômicas e políticas. Qualquer outra postura frente ao conceito resultará em uma imagem fragmentada do mesmo, em uma ideia inadequada. Por essas razões, pode-se afirmar que Negri tomou de volta da tradição jurídica o conceito de poder constituinte e o devolveu à história, à filosofia, à teoria política e a todos os demais modos de pensar as questões concernentes à organização social,

política e institucional. Eis uma das mais significativas consequências de sua produção conceitual sobre o poder constituinte.

Referências bibliográficas

AURÉLIO, Diogo Pires. "Espinosa, Marx e a Democracia". In Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, Vol.5, N.2, pp. 427 – 443, dezembro 2014.

BERCOVICI, Gilberto. 2008. Soberania e constituição: para uma crítica do constitucionalismo. São Paulo: Quartier Latin.

CAMARGO, Sílvio. 2011. "Considerações sobre o conceito de trabalho imaterial". In Pensamento Plural, Pelotas, n. 09, p. 37 – p. 56, jul / dez 2011.

CHAUÍ, Marilena. 2003. Política em Espinosa. São Paulo: Cia. das Letras.

DELEUZE, Gilles. 2014. El poder: Curso sobre Foucault. Tomo II. Buenos Aires: Cactus.

_____. 2004. "Post scriptum sobre as sociedades de controle". In Conversações. São Paulo: Editora 34.

_____. 1993. "Prefácio". In NEGRI, Antonio. A anomalia selvagem. Rio de Janeiro: Editora 34.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. 2009. Commonwealth. Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press.

_____. 2005. Multidão: Guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro / São Paulo: Record.

_____. 2002. Império. Rio de Janeiro / São Paulo: Record.

_____. 1994. Labour of Dionysus: a critique of the state-form. Minneapolis: The University of Minnesota Press.

FOUCAULT, Michel. 1988. História da sexualidade: vontade de saber. 14a. edição. Graal: Rio de Janeiro.

FONSECA, Thiago Silva Augusto. Hardt, Negri e a organização do desejo. Dissertação de Mestrado. USP. Departamento de Filosofia da FFLCH. São Paulo, 2015. 220 p.

LARAZZATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. 2001. Trabalho imaterial. Rio de Janeiro: DP&A.

LEFEBVRE, Henri. 1979. Sociologia de Marx. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

MATHERON, Alexandre. 1977. “Le Traité Théologico-Politique vu par le jeune Marx”. In Cahiers Spinoza. Número 1. Paris: Réplique, p. 159 – p. 212.

NEGRI, Antonio. 2013. “Qué significa hacer política? Poder constituyente y construcción de lo común. Um diálogo com Antonio Negri”. Quito. In Íconos: Revista de Ciencias Sociales, Num. 46, Quito, Maio de 2013, p. 113 – 127. Entrevista concedida a Mauro Cerbino, Isabella Giunta e Ana Rodríguez, com participação de Sandro Mezzadra.

_____. 2003. Cinco lições sobre Império. Rio de Janeiro: DP&A.

_____. 2002. O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: DP&A.

_____. 2001a. Exílio: Seguido de Valor e Afeto. São Paulo: Iluminuras.

_____. 2001b. Kairòs, Alma Venus, Multitudo. Paris: Calmann-Lévy.

_____. 1993. A anomalia selvagem. Rio de Janeiro: Editora 34.

RANCIÈRE, Jacques. 1996. O desentendimento. São Paulo: Editora 34.

RUBEL, Maximilien. 1977. "Marx à la rencontre de Spinoza". In Cahiers Spinoza. Número 1. Paris: Réplique, p. 07 – p. 28.

SANTIAGO, Homero. "Um conceito de classe". In Cadernos Espinosanos, São Paulo, USP, FFLCH, n. 30, p. 24 - p. 48, jan-jun 2014.

SPINOZA, Baruch. 2009. Tratado Político. São Paulo: Martins Fontes.

THOBURN, Nicholas. 2001. "Autonomous production? On Negri's 'new synthesis'. In Theory, Culture & Society, Londres / Thousand Oaks / Nova Déli, Vol. 18, n. 05, p. 75 – p. 96, out. 2001.

Sobre o autor:

Francisco de Guimaraens

Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio e Professor do curso de graduação em Direito da PUC-Rio. Doutor em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio. Email: chicodeguima@gmail.com.

O autor é o único responsável pela redação do artigo.